

1 **Ata da 7ª Reunião Ordinária da CT-Rural, Câmara Técnica de Uso e**
2 **Conservação da Água no Meio Rural, realizada no dia 10 de fevereiro de**
3 **2006, no Sindicato Rural de Rio Claro/SP.**

4 **Membros presentes:** Sr. Ênio Antonio Campana, *ABCON*; Sr. Antonio Carlos
5 Scomparim, *CODASP*; Sr. Walter Antonio Becari, *DAEE*; Sr. Marcos Vinícius
6 Folegatti, *ESALQ/USP*; Sr. Rogério Teixeira da Silva, *ESALQ/USP*; Sr. Jovail José
7 Zaia, *Prefeitura Municipal de Cordeirópolis*; Sr. Luís Carlos Sombini, *Prefeitura*
8 *Municipal de Indaiatuba*; Sr. Irineu Gastaldo Junior, *Prefeitura Municipal de*
9 *Jaguariúna*; Sr. José de Sordi Neto, *Prefeitura Municipal de Nova Odessa*; Sr.
10 José Marco Antonio Pareja Cobo, *PreservaÇÃO*; Sra. Allan Cristian Rosa,
11 *SAEAN*; Sra. Andréia Collaço Klimionte, *Sindicato Rural de Campinas*; Sr. João
12 Aparecido Santarosa, *Sindicato Rural de Limeira*; Sr. José Rodolfo Penatti,
13 *Sindicato Rural de Piracicaba* e Sr. João Primo Baraldi, *Sindicato Rural de Rio*
14 *Claro*.

15 **Membros ausentes com justificativa:** Sr. Anderson Soares Pereira,
16 *EMBRAPA Meio Ambiente*; Sr. Tonny José Araújo da Silva e Sra. Regina Célia de
17 Matos Pires, *IAC*; Sra. Dea Rachel Ehrthardt Carvalho e Martha Mattosinho,
18 *Prefeitura Municipal de Campinas*; Sr. Nelson Luiz Barbosa Neves, *Prefeitura*
19 *Municipal de Joanópolis*; Sr. Aidano Carneiro, *Prefeitura Municipal de Jundiá*;
20 Sr. Richard Drago, *Prefeitura Municipal de Limeira*; Sra. Márcia Calamari e Sr.
21 Primo Angelo Falzoni Neto, *SMA-DEPRN* e Sr. Edwaldo Luiz de Oliveira, *Terceira*
22 *Via*.

23 **Membros ausentes sem justificativa:** Sr. Maurício João Mattar, *AAEA – Artur*
24 *Nogueira*; Sr. João Roberto Miranda, *AEAA da Região Bragantina*; Sr. Angelo
25 Petto Neto, *AEAL*; Sr. José Fernando Calistron Valle, *CETESB*; Sr. Tales Augusto
26 de Noronha Mota, *COPASA-MG*; Sr. Fernando Remo Queiroz Barbosa Júnior,
27 *IEF-MG*; Sr. Humberto Rosente, *Prefeitura Municipal de Atibaia*; Sra. Meire
28 Maria Vieira, *Prefeitura Municipal de Cabreúva*; Sr. Paulo Henrique Pereira,
29 *Prefeitura Municipal de Extrema*; Sr. Sandro Cecon, *Prefeitura Municipal de*
30 *Itatiba*; Sr. Alípio Marques Junior, *Prefeitura Municipal de Itirapina*; Sr. Antonio
31 Carlos Kotzent, *Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista*; Sr. Antonio Pedro
32 Baccarelli, *Prefeitura Municipal de Pedreira*; Sr. Rodrigo da Silva Binotti,
33 *Prefeitura Municipal de Socorro*; Sr. Ulisses Nunes Gomes, *Prefeitura Municipal*
34 *de Sumaré*; Sr. José Braga Semis, *Prefeitura Municipal de Vargem*; Sr. Mário
35 Monteiro França, *Prefeitura Municipal de Vinhedo*; Sr. Sergio Antonio da Silva,
36 *SABESP*; Sra. Fabiane Becari Ferraz, *SEESP-DS Piracicaba*; Sr. José Aparecido
37 Vivacqua, *Sindicato Rural de Extrema*; Sr. Ismael Luis Secco, *Sindicato Rural de*
38 *Indaiatuba* e Sr. Arthur Costa Falcão Tavares, *SORIDEMA*.

39 **Demais participantes:** Sr. Enéas A. Ferguson, *C.A. Rio Claro*; Sr. Arlindo
40 Donato dos Santos, *CONDER*; Sr. Augustinho Celso Pecorie, *CONDER*; Sr.
41 Gustavo R. G. Becari, *Fórum de Entidades*; Sr. Fernando César Vitti Tabai,
42 *Consórcio PCJ*; Andrezza Bellotto Resende, *Consórcio PCJ/EEA*; Sr. Cláudio José
43 Silva Wiechmann, *Prefeitura Municipal de Rio Claro*; Sra. Mariângela L. B.
44 Dagnoni, *Prefeitura Municipal de Rio Claro/Secretaria de Agricultura*; Sr. Cláudio
45 D. Altarugio, *Produtor Rural*; Sr. Ari Fergusson; Sr. Eduardo Soave, *Sindicato*
46 *Rural de Piracicaba*; Sr. José Schmidt Pinto, *Sindicato Rural de Rio Claro*.

47 O Prof. Marcos Vinícius Folegatti, Coordenador da CT-Rural, agradeceu a
48 presença de todos e solicitou ao Sr. José Schmidt Pinto, anfitrião desta reunião,
49 que proferisse algumas palavras. O Sr. Schmidt expressou sua satisfação em

50 receber os membros da CT-Rural, para esta reunião, colocando o espaço do
51 Sindicato Rural de Rio Claro sempre à disposição para realização de suas
52 reuniões. Ressaltou a importância da Câmara Técnica quanto à discussão e
53 debates dos diversos assuntos que envolvem o produtor rural. O Prof. Folegatti
54 deu início à reunião colocando em **discussão e votação a Ata da 6ª Reunião**,
55 realizada em 05/12/05, tendo sido aprovada sem nenhuma consideração. Em
56 seguida, o Prof. Folegatti agradeceu ao Sr. Schmidt, Presidente do Sindicato
57 Rural de Rio Claro pela recepção e acolhida aos membros da CT-Rural. Dando
58 prosseguimento a pauta desta reunião passou para o item **2. Informes Gerais**
59 **da CT-Rural**. O Prof. Folegatti fez uma pequena apresentação sobre sua
60 formação acadêmica e atuação profissional e ressaltou a importância desta
61 Câmara Técnica na discussão das questões relacionadas à água da Bacia do
62 PCJ, a preservação da vegetação e do solo, a necessidade de ampliar as
63 discussões e informações, principalmente quanto ao processo de outorga de uso
64 da água. A CT-Rural tem duas linhas principais: o processo de cobrança e o
65 processo de conservação da água, tendo o processo de cobrança iniciado e no
66 primeiro mês, arrecadado quase R\$ 1.000.000,00. Está previsto que o processo
67 de cobrança da água arrecade neste ano, aproximadamente R\$ 10.000.000,00,
68 sendo que R\$ 6.000.000,00 oriundos do processo da Cantareira, R\$
69 1.000.000,00 da SABESP e o restante de diversas empresas. O recurso de R\$
70 10.000.000,00 é suficiente para o trabalho do processo de melhoria da água,
71 que recebia R\$ 2.000.000,00 do FEHIDRO. O processo de cobrança no
72 momento refere-se aos Rios da União (Federais) e ao longo do tempo as leis
73 devem ser ajustadas, para os rios estaduais. Hoje, 0,03% do valor arrecadado
74 cabe a agricultura. A CT-Rural deve apresentar propostas para rediscussão da
75 porcentagem determinada, visando melhorias ao sistema e conseqüentemente
76 a conservação e qualidade da água. Uma das propostas a ser discutida é que,
77 todo o processo realizado pelo produtor rural, de conservação e qualidade da
78 água, seja compensado em relação ao valor a ser cobrado. Deve-se discutir e
79 definir, com outras Câmaras Técnicas, o conceito de uso insignificante, que não
80 gerará cobrança. A CT-Rural deve apresentar a forma de abatimento que deve
81 ser aplicada, aos produtores conservacionistas, lembrando que o processo de
82 conscientização é muito importante. Um processo de recuperação de uma área
83 degradada pode levar até 100 anos, porém, em algumas micro-bacias pode ser
84 mais rápido e servirá de modelo para implantação nas demais. O objetivo maior
85 deste processo é melhorar a qualidade de vida nas bacias. O CBH-PCJ é um
86 modelo nacional de recursos hídricos e é um sistema que está sendo construído
87 com a participação de todos. Será necessário o apoio das lideranças agrícolas
88 nas reuniões da CT-Rural, visando aumentar a representatividade desta Câmara
89 junto ao CBH-PCJ. O Prof. Folegatti informou que participa, como membro, do
90 CBH-PCJ há três anos e percebeu que não havia quem falasse pelos agricultores
91 e setor agrícola, sendo indispensável a participação de todos nas decisões,
92 neste mundo político onde vivemos. Este processo teve seu início com a
93 implantação da CT-Rural que visa valorizar a área rural junto ao CBH-PCJ. A
94 perspectiva de arrecadação de recursos estaduais e federais com a cobrança
95 pelo uso da água, é de R\$ 60.000.000,00. Existe uma grande preocupação em
96 valorizar os proprietários agrícolas que conservam água, por meio de práticas
97 adequadas. Na última terça-feira, aconteceu uma reunião da CT-PL-Câmara
98 Técnica de Planejamento, onde são discutidas as idéias antes de ser encaminhadas

99 para a Assembléia Geral, para as tomadas de decisões. Nesta reunião foi
100 informado que vários municípios encaminharam projetos para aprovação junto
101 ao FEHIDRO, tendo uma demanda de R\$ 20.000.000,00 para um recurso de R\$
102 16.000.000,00. Num primeiro momento continua sendo prioridade os aspectos
103 relacionados ao saneamento, pois na Bacia PCJ o índice de tratamento de
104 esgoto é de 30%. Outro aspecto importante, está relacionado a necessidade de
105 realizar um trabalho para auxiliar os produtores rurais em seus processos de
106 outorga, além de esclarecer a importância de todo município possuir um Plano
107 Diretor Rural, que facilita a discussão de todo o processo, permitindo
108 estabelecer continuidade. No Estatuto da Cidade registra-se a necessidade de
109 conservação das nascentes, sendo necessário enfatizar o reconhecimento aos
110 produtores rurais que conservam a água. As propriedades em Áreas de
111 Preservação Permanentes-APP's, deverão ser objeto de estudo específico,
112 sendo necessário definir uma metodologia. A tramitação administrativa é
113 complexa, será necessário efetuar um planejamento e organização para
114 otimizar o processo. Finalizando suas palavras o Prof. Folegatti lembrou que a
115 CT-Rural é uma Câmara jovem, vai completar um ano no mês de junho de 2006
116 e abriu a palavras aos participantes da reunião. O Sr. Cláudio José Silva
117 Wiechmann, da Prefeitura Municipal de Rio Claro, manifestou sua satisfação em
118 estar participando desta reunião. O Sr. José Schmidt Pinto, do Sindicato Rural
119 de Rio Claro, consultou se no processo de cobrança estadual é facultativo o
120 pagamento, tendo o Sr. Ênio Antonio Campana, da ABCON, informado que a Lei
121 Estadual foi promulgada, porém todos os artigos precisam ser regulamentados,
122 há a expectativa de que até o final deste ano esteja tudo acertado. O Sr. José
123 Schmidt Pinto, do Sindicato Rural de Rio Claro, consultou sobre quem
124 gerenciará o recurso arrecadado com a cobrança da água, tendo o Prof.
125 Folegatti informado que o CBH-PCJ tem estrutura para gerenciar este recurso
126 (pelo período de 2 anos será gerenciado pelo Consórcio – PCJ), que está
127 previsto que o sistema administrativo não poderá ter um custo superior a 7% e
128 que se o recurso não for repassado o processo de cobrança fica suspenso. Os
129 órgãos fiscalizadores como a ANA-Agência Nacional de Águas e o DAEE-
130 Departamento de Água e Energia Elétrica têm grande participação neste
131 processo. O Sr. Arlindo Donato dos Santos, do CONDER, consultou sobre a
132 quem caberá o controle do uso da água, tendo o Prof. Folegatti explicado que o
133 processo de cobrança utiliza como base as outorgas, porém acredita-se que
134 serão feitas amostragens periódicas, sendo um processo consciente e
135 importante. O Sr. Arlindo consultou, também, sobre o projeto com a ESALQ
136 onde o Município de Nova Odessa foi contemplado com 40 hectares de
137 reflorestamento, tendo sido esclarecido que este não é um projeto do CBH-PCJ.
138 O Sr. José Rodolfo Penatti, do Sindicato Rural de Piracicaba, informou que em
139 Piracicaba qualquer empreendimento na Bacia tem que ser analisado pelos
140 órgãos competentes que analisa e avalia sobre a possibilidade e viabilidade de
141 implantação do projeto. O Prof. Folegatti salientou a importância de ter o
142 sistema de outorga legalizado. O Sr. Ênio Antonio Campana, da ABCON,
143 lembrou que existe o processo de outorga de captação e outro de lançamento,
144 com custos diferentes. O Sr. José Schmidt Pinto, do Sindicato Rural de Rio
145 Claro, ressaltou a importância de atuar no processo de pureza da água e da
146 extrema urgência desse processo na área urbana. O Sr. Arlindo Donato dos
147 Santos, do CONDER, lembrou que há o plano do Governo para que toda cidade

148 tenha 100% de seus esgotos tratados até o ano de 2008. O Prof. Folegatti
149 manifestou que todo processo de melhoria da água é importante e que o CBH-
150 PCJ discute as ações, sendo a educação relevante para resolver o problema de
151 qualidade da água. A Sra. Andréia Collaço Klimionte, do Sindicato Rural de
152 Campinas, apresentou o trabalho a ser desenvolvido em parceria com os
153 Sindicatos participantes da CT-Rural e o sistema FAESP/SENAR, conforme
154 discutido na 6ª Reunião desta Câmara. O trabalho intitula-se "Programa de
155 Conservação da Água no Meio Rural" e abrangerá 59 municípios no Estado de
156 São Paulo e mais 4 no Estado de Minas Gerais, através dos 26 Sindicatos
157 Rurais. O programa visa orientar e mobilizar os produtores rurais, buscando o
158 fortalecimento do setor agrícola. Com a aprovação da lei de cobrança pelo uso
159 da água será imprescindível que os produtores rurais se informem sobre todos
160 os aspectos implícitos na cobrança, tais como: a outorga do uso da água, o uso
161 racional da água, a conservação dos recursos hídricos, entre outros itens que
162 afetarão diretamente o valor da cobrança e, por conseguinte o seu custo de
163 produção. Tem como objetivos: conscientizar e informar o produtor e o
164 trabalhador rural sobre a importância da conservação dos recursos hídricos e o
165 uso racional da água; divulgar a legislação ambiental vigente, bem como
166 orientar sobre a nova lei de cobrança do uso da água; propiciar o conhecimento
167 dos deveres e direitos do produtor rural em relação à legislação vigente;
168 disponibilizar treinamento técnico na área de uso racional da água; ressaltar a
169 importância do manejo ambiental adequado dentro da propriedade rural e seu
170 impacto na produção agrícola; e promover a conservação e recuperação dos
171 recursos hídricos no meio rural. O conteúdo programático está assim
172 estabelecido: Introdução; Finalidades e Objetivos do SENAR/SP; Aspectos
173 Gerais; Prevenção de Acidentes no Trabalho; Proteção Ambiental; I – Conceitos
174 básicos: 1. Vegetação, 2. Solos, 3. Água e 4. Impactos ambientais na
175 propriedade agrícola; II – Legislação: 1. Federal – Código Florestal, 2.
176 Ambiental – DAEE, DEPRN, 3. Recursos Hídricos – formação e atuação dos
177 consórcios e comitês, entre outros aspectos e 4. Cobrança do uso da água; III –
178 Conservação dos Recursos Hídricos: 1. Manejo do solo e da água, 2.
179 Recomposição de matas nativas, 3. Uso racional da água, 4. Reuso e
180 reaproveitamento das águas residuárias e 5. Tecnologias limpas alternativas; IV
181 – Planejamento Ambiental da Propriedade Rural: 1. Identificação das principais
182 etapas produtivas, 2. Levantamento do consumo de água, de energia, de
183 insumos e dos resíduos gerados, 3. Levantamento ambiental em campo, 4.
184 Planejamento ambiental das atividades agrícolas e 5. Conclusões; Avaliação e
185 Encerramento. As etapas de implantação do programa são: Proposta de
186 parceria com o SENAR/FAESP – concluída; Elaboração do Programa detalhado –
187 concluída; Apreciação na Câmara Técnica de Conservação dos Recursos Hídricos
188 – sendo apresentada nesta reunião; Elaboração de material didático por
189 técnicos da ESALQ/USP na metodologia SENAR; Treinamento de instrutores por
190 técnicos da ESALQ/USP na metodologia SENAR; 1ª Etapa: Implantação do
191 programa em Sindicatos Rurais da Bacia do PCJ; 2ª Etapa: Avaliação e
192 readequação do programa e 3ª Etapa: Implantação do programa no Estado de
193 São Paulo. A Sra. Andréia informou que o Programa já foi aprovado pela área
194 técnica e jurídica do SENAR, estando em análise pelo Colegiado Superior. O
195 Prof. Folegatti parabenizou a Sra. Andréia e demais envolvidos na elaboração do
196 programa, enfatizando que esta é uma das missões da CT-Rural, buscar

197 credibilidade, organizando suas ações, trabalhar na busca de recursos para
198 viabilizar suas atividades, se possível criar uma propriedade modelo buscando o
199 sucesso e prosperidade para todos. Os demais membros da CT-Rural
200 parabenizaram pela elaboração do Programa, aprovando-o. **3. Apresentação**
201 **do Projeto “Município Produtor de Água” encaminhado ao FEHIDRO.** O
202 Prof. Folegatti informou que o Sr. Edwaldo Luiz de Oliveira, da ONG Terceira
203 Via, elaborou o projeto que foi encaminhado visando obter recursos junto à
204 FEHIDRO. Devido a alguns contratemplos o Sr. Edwaldo não pôde participar
205 desta reunião. Primeiramente o Prof. Folegatti informou que os projetos
206 encaminhados ao FEHIDRO são beneficiados com recursos durante 12 meses,
207 podendo ser prorrogados por mais 12, parabenizou o Sr. Edwaldo pelo trabalho
208 elaborado e apresentou o Projeto. O Projeto “Município Produtor de Água” é um
209 programa que visa elaborar um Plano de Sustentabilidade Sócio-ambiental em
210 torno das atividades agropecuárias de maior importância econômica na região e
211 do manejo florestal, com ênfase na conservação e preservação dos recursos
212 hídricos. Está dividido nas seguintes etapas: 1. Inventário; 2. Sistematização;
213 3. Análise e Estudos; 4. Comunicação e 5. Capacitação, que serão executadas
214 em duas fases. Este projeto tem como proponente o Fórum Permanente das
215 Entidades Cívicas que Exercem Atividades Ambientais nas Bacias do PCJ,
216 abrangendo a sub-bacia do Camanducaia que é composta por 11 municípios
217 sendo 9 do Estado de São Paulo, a saber: Amparo, Tuiuti, Holambra,
218 Jaguariúna, Monte Alegre do Sul, Pedra Bela, Pedreira, Pinhalzinho e Santo
219 Antonio de Posse e 2 do Estado de Minas Gerais, à saber: Toledo e Extrema. O
220 projeto terá o acompanhamento da CT-Rural, será coordenado pelo Sr. Edwaldo
221 Luiz de Oliveira e terá uma duração de 24 meses, tendo sido pleiteado recurso
222 para 12 meses. A primeira fase terá a duração de 12 meses e será elaborado
223 um diagnóstico participativo para propor soluções de eficiência na irrigação e o
224 desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de dados, auxiliando no
225 planejamento das propriedades, executando as atividades de inventário,
226 sistematização, análise e estudos e finalizando com a realização de seminário
227 para apresentação dos resultados, entrega dos relatórios finais e prestação de
228 contas do projeto. Os objetivos específicos da primeira fase são: 1. Desenvolver
229 e implementar um plano de comunicação – Plano de Trabalho; 2. Levantamento
230 e caracterização das áreas irrigadas, situação das propriedades e
231 cadastramento dos proprietários rurais; 3. Desenvolvimento de um software
232 para gestão das informações coletadas; 4. Organização e sistematização, com
233 base em uma matriz de critérios a ser desenvolvida durante a execução do
234 projeto; 5. Desenvolver proposta metodológica a ser aplicada nos estudos, para
235 definir qual o melhor método de sistema de irrigação para as situações
236 estudadas, observando os impactos ambientais decorrentes; 6. Realizar estudos
237 e análises dos dados obtidos com vistas a avaliar os sistemas de irrigação
238 utilizados e apropriados para as áreas estudadas; e 7. Elaborar um diagnóstico
239 participativo local, com identificação das principais ações que precisam ser
240 implementadas. O valor total do projeto está orçado em R\$ 377.000,00, tendo
241 sido solicitado ao FEHIDRO R\$ 301.600,00. Finalizando a apresentação do
242 projeto o Prof. Folegatti consultou se havia alguma dúvida e informou que
243 estará enviando cópia do mesmo aos membros da CT-Rural. Os participantes da
244 reunião cumprimentaram pela realização do projeto não havendo nenhuma
245 dúvida. Em seguida o Prof. Folegatti deu continuidade à Ordem do Dia **4.**

246 **Apresentação, pela EEA-Empresa de Engenharia Ambiental Ltda., do**
247 **Projeto de Reflorestamento Ciliar das Bacias dos Rios Corumbataí e do**
248 **Jaguari e cadastramento dos proprietários interessados em aderir ao**
249 **Projeto.** O Prof. Folegatti fez a apresentação da bióloga Andrezza Bellotto e da
250 tecnóloga Natália Salan Marpica, da empresa EEA e do Sr. Fernando César Vitti
251 Tabai, representante do Consórcio Piracicaba, Capivari e Jundiáí, passando-lhes
252 a palavra para exporem o Projeto. O Sr. Fernando iniciou fazendo os
253 agradecimentos aos Sr. Enéas da Casa da Agricultura e ao agricultor Sr.
254 Ezequiel que, de livre e espontânea vontade, está adequando a sua propriedade
255 a legislação ambiental e explicou que o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos
256 Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí é uma Associação Civil de Direito Privado,
257 composta por municípios e empresas que tem como objetivo a recuperação dos
258 mananciais de sua abrangência. A base do trabalho da entidade está na
259 conscientização de todos os setores da sociedade sobre a problemática dos
260 recursos hídricos da região no planejamento e fomento das ações de
261 recuperação dos mananciais. O Consórcio PCJ atua com independência técnica e
262 financeira e o poder cabe ao Conselho de Consorciados. Tem como principais
263 atividades: programa de resíduos sólidos, programa de proteção aos
264 mananciais; programa de educação ambiental e programa de apoio aos
265 consorciados. Os recursos financeiros da entidade são provenientes das
266 contribuições, custeio de prefeituras e empresas consorciadas. Desde 1999 a
267 entidade tem como base o uso da água nos municípios, os quais repassam ao
268 Consórcio R\$ 0,01 por cada mil litros consumidos. O Projeto de Reflorestamento
269 Ciliar é custeado pelo programa de investimentos R\$ 0,01/m³ na Bacia do
270 Corumbataí e pela empresa Ambev na Bacia do Jaguari. O Projeto realiza
271 palestras de conscientização, cadastramento dos proprietários interessados,
272 escolha das áreas, elaboração dos projetos, aprovação no DEPRN, curso de
273 capacitação e entrega de mudas no local. Em seguida o Sr. Fernando solicitou
274 ao Sr. Ezequiel que fizesse seu depoimento, tendo o mesmo informado como o
275 Consórcio PCJ vem ajudando na conservação da mata ciliar de sua propriedade
276 e o trabalho que vem desenvolvendo conscientizando os produtores da
277 importância da conservação, enfatizou o bom andamento dos trabalhos em sua
278 propriedade. Em seguida a Tecnóloga Natália passou informações sobre a Bacia
279 do Corumbataí, que abrange o Rio Corumbataí e seus afluentes, atingindo os
280 municípios de Analândia, Corumbataí, Itirapina, Ipeúna, Rio Claro, Charqueada
281 e Piracicaba. A Bacia tem uma área de 1.600 km², com vegetação de cerrado e
282 solo argiloso e arenoso. Atualmente a Bacia atende a uma população de
283 554.153 habitantes, com uma projeção urbana para 2010 para 650.000
284 habitantes; é responsável pelo abastecimento de água para uma população de
285 cerca de 500.000 habitantes e o rio é usado como corpo receptor dos esgotos
286 de origem doméstica e industrial, 90% deles originários do Município de Rio
287 Claro. O uso da água na Bacia está assim distribuído: 54% urbano; 26%
288 agrícola e 20% industrial. Observa-se que 80% do solo é ocupado por
289 monoculturas e apenas 06% por vegetação nativa, sendo mata e cerrado. Faz
290 parte deste Projeto, também, explicar ao produtor rural o que é, a importância
291 e as vantagens da mata ciliar. A Bióloga Andrezza fez a apresentação da
292 legislação referente à mata ciliar – Área de Preservação Permanente-APP, suas
293 dimensões perante os diferentes cursos d'água, como lagos ou reservatórios,
294 em zona rural e urbana, represas, hidrelétricas, nascentes e olhos d'água,

295 ressaltando que por serem áreas protegidas por lei, quaisquer interferências
296 deve ser autorizada pelo DEPRN, devendo o reflorestamento ser elaborado
297 através de projeto técnico desenvolvido por profissional capacitado e aprovado
298 no órgão competente. Para o desenvolvimento dos projetos de reflorestamento
299 são desenvolvidas as seguintes etapas: 1. Visita ao local, para verificar a
300 situação da mata ciliar presente, com laudo de caracterização da área, fotos,
301 croquis de acesso, avaliando – presença de nascentes para recompor (maior
302 prioridade), características do solo (fertilidade, umidade), hidrologia (cotas de
303 inundação, etc.), verificação de presença ou não de erosão, topografia da área,
304 verificação da área a replantar; verificação da faixa de preservação permanente
305 e levantamento das espécies ainda presentes no local a ser realizada a
306 recomposição ou então de algum remanescente próximo; 2. Seleção das
307 espécies para o plantio e sua distribuição e espaçamentos. As espécies a serem
308 plantadas em cada local devem ser aquelas que ocorrem naturalmente em
309 condições de clima, solo e umidade semelhantes às da área a ser reflorestada;
310 3. Métodos de plantio e manutenção, incluindo limpeza da área, coveamento,
311 adubação e preparo da cova, plantio e época de plantio. Finalizando sua
312 apresentação a Bióloga Andressa colocou-se à disposição, juntamente com as
313 demais pessoas da EEA para realizar o cadastramento dos proprietários rurais
314 interessado em aderir ao Projeto. Após a apresentação do projeto foi aberto
315 espaço para esclarecimentos. Os membros da CT-Rural parabenizaram o
316 Consórcio pela iniciativa e a empresa EEA pela execução do Projeto. O Prof.
317 Folegatti solicitou apoio do Sindicato Rural de Rio Claro ao Projeto e aproveitou
318 para informar que no Campus “Luiz de Queiroz” foi realizada parceria com a
319 Fundação S.O.S. Mata Atlântica para recomposição de parte da mata ciliar,
320 sendo de responsabilidade da Fundação o plantio e manutenção da área até
321 estar completamente formada. O Prof. Folegatti em nome de toda Câmara
322 Técnica parabenizou o Sr. João Aparecido Santarosa eleito presidente do
323 Sindicato Rural de Limeira. Discutiu-se sobre outras localidades para realização
324 das próximas reuniões ficando definido que **a reunião do dia 10/03/06 será**
325 **realizada em Piracicaba, na CANAGRO** e o Sr. José Rodolfo Penatti, do
326 Sindicato Rural de Piracicaba, fará convites aos produtores rurais para
327 participarem e a reunião do dia 07/04/06, talvez ocorra em Indaiatuba, o Sr.
328 Luís Carlos Sombini, da Prefeitura Municipal de Indaiatuba, verificará a
329 disponibilidade. Nesta reunião será dada continuidade às discussões para
330 ampliação das informações do processo de cobrança pelo uso da água, questão
331 de outorgas, será verificada a possibilidade de criação de curso para
332 treinamento quanto ao assunto de outorga, tendo como objetivo popularizar a
333 informação, sendo necessário fazer parceria com a CT-OL-Câmara Técnica de
334 Outorga para realização dessa atividade. Finalizando a reunião, o Prof. Folegatti
335 ressaltou a importância da articulação entre as Câmaras Técnicas, sobretudo,
336 com a participação dos membros da CT-Rural em reuniões de outras Câmaras,
337 visando amenizar o problema de desinformação sobre a área rural, assim, além
338 de conhecerem melhor outras Câmaras, também terão a oportunidade de
339 atraírem novos participantes para a CT-Rural, agradeceu, novamente a
340 presença de todos e a hospitalidade do Sr. José Schmidt Pinto, Presidente do
341 Sindicato Rural de Rio Claro, passando-lhe a palavra para fazer o encerramento
342 da reunião. O Sr. Schmidt externou que a natureza é o complemento do lar de
343 cada um e que as atividades da CT-Rural são louváveis e merecem o apoio de

344 todos, enfatizando as qualidades do Prof. Folegatti, Coordenador da mesma,
345 que possui adjetivos indispensáveis para essa função, ressaltando que é um
346 prazer receber no Sindicato pessoas com tamanha competência e finalizando
347 colocou o Sindicato sempre à disposição para realização das reuniões e de
348 outras atividades da Câmara Técnica Rural.